

Questão racial e formação profissional em Serviço Social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria

The race question and professional training in social work in the neoliberal era: internal and external challenges to the category

Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas* 

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apontar novos rumos para formação profissional que possibilite o debate racial em todos os espaços assumidos pela categoria: atuação direta nas políticas sociais e nas instâncias organizativas da profissão, bem como no meio acadêmico, por meio da pesquisa, ensino e extensão. A revisão literária que sustentou as discussões ora traçadas aponta para a urgência da incorporação do debate racial no âmbito do Serviço Social de forma mais profunda e permanente. Esse desafio se integra ao desafio maior, o de defender a hegemonia do atual Projeto Ético-Político Profissional baseado na teoria crítica, e também na necessidade histórica da construção de resistências sociais organizadas que apontem para a superação da sociedade de classes e da discriminação racial. Conclui-se, portanto, a partir do entendimento da imprescindibilidade do debate racial para a apreensão da totalidade histórica da realidade brasileira, a necessária incorporação de conteúdos e discussões que remetam à problemática do racismo, contribuindo, dessa forma, com a construção de uma formação profissional antirracista e verdadeiramente comprometida com a transformação social.

Palavras-Chave: Projeto Ético-Político; formação profissional; questão racial; racismo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to point out new directions for professional training that enables the debate on race in all spaces assumed by the category: direct action in social policies and in the organizational instances of the profession, as well as in the academic environment through research, teaching, and extension. The literature review that supported the discussions outlined here points to the urgency of incorporating the debate on race into the scope of social work in a deeper and more permanent way. This challenge is part of the greater challenge, that of defending the hegemony of the current professional ethical-political project based on critical theory, and also on the historical need to build organized social resistance that points to overcoming class society and racial discrimination. Therefore, from the understanding that the debate on race is indispensable for the apprehension of the historical totality of Brazilian reality, it follows that it is necessary to incorporate the contents and discussions that refer to the problem of racism, contributing, in this way, to the construction of a anti-racist professional formation, truly committed to social transformation.

Keywords: ethical-political project; professional qualification; race question; racism.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.76089>

*Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.
E-mail: naiaraenegrecer@gmail.com

Como citar: MASCARENHAS, N. C. S.; Questão racial e formação profissional em Serviço Social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p.166 - 180, maio/ago.2023. Disponível em: DOI: 10.12957/rep.2023.76089

Recebido em 13 de março de 2023.

Aprovado para publicação em 10 de maio de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Temos visto um crescimento significativo da discussão acerca das desigualdades raciais na sociedade brasileira como fruto da atuação política e cultural do movimento negro organizado, que desde o início do século XX aponta a ausência de pessoas negras em espaços decisórios, na representação política, na mídia, nas universidades e nos setores estratégicos da economia.

Porém, é perceptível que essa discussão tem ganhado mais notoriedade em círculos liberais (grande mídia e pensadores pós-modernos) do que nos espaços mais críticos vinculados à concepção materialista-histórica e dialética, a mais influente no Serviço Social. Essa constatação aponta para um cenário político contraditório e complexo, uma vez que o debate da questão racial tem sido apropriado por segmentos e grupos pouco comprometidos com a verdadeira superação do racismo: os defensores do capital.

Nessa disputa, é imprescindível que o campo do Serviço Social assuma esse desafio de forma mais robusta e que possa se colocar como uma área do conhecimento expressiva na contribuição teórica e política do combate ao racismo. Isso porque se entende que o Serviço Social só terá alcançado sua maturidade intelectual e política, plenamente, quando conseguir compreender e expressar em suas intervenções a relação dialética existente entre raça, classe e gênero.

É famosa a afirmação da pensadora marxista estadunidense Ângela Davis que diz que “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Tomamos essa máxima da autora para pensarmos em como a invisibilidade da discussão racial no Serviço Social tem consequência política e contribui para a manutenção do racismo, enquanto não se reflete essa opressão como ponto fundamental para se entender as relações sociais do Brasil e, assim, pensar intervenções profissionais qualificadas, direta e indiretamente, no âmbito das políticas sociais.

Desse modo, no presente trabalho analisaremos o potencial embutido na formação profissional do Serviço Social no sentido de contribuir com as discussões antirracistas e assim avançar na consolidação do Projeto Ético-Político verdadeiramente comprometido com a liberdade e autonomia dos sujeitos sociais. Além disso, discutimos os pontos principais que julgamos ser relevantes para compreensão da real materialização – ou não – de um projeto de profissão antirracista, tendo em vista sua aproximação com o marxismo e também sua inserção num país cuja elite burguesa pretendeu invisibilizar suas contradições sociais a partir da difusão do mito da democracia racial. Assim, na primeira parte localizamos o Serviço Social e a discussão racial na formação profissional, e na segunda parte buscamos apontar a necessidade da consolidação do debate racial no Serviço Social como forma de construção e fortalecimento de um projeto de formação profissional antirracista e que, desse modo, possa contribuir com a superação do racismo e demais formas de opressão.

Formação profissional também como espaço de luta e resistência

É bem conhecido entre a categoria, a partir de significativa produção teórica, o processo de surgimento, desenvolvimento e consolidação do Serviço Social no Brasil. Considerando as particularidades que envolvem o surgimento da industrialização, o movimento operário e a consolidação da classe burguesa em nosso país, é possível pensar os dilemas enfrentados por assistentes sociais vanguardistas no pensamento crítico e contestatório, durante o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo iniciado na década de 1960. Essas/es assistentes sociais buscaram, em plena ditadura militar, emergir e firmar nosso Projeto Ético-Político¹, que hoje é expresso nos principais documentos normativos da profissão: Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação Profissional de 1993 e Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996.

Através da convergência de interesses entre Estado capitalista e Igreja católica, no início do século XX, surge na realidade brasileira a ampliação da profissionalização do Serviço Social, inicialmente integrada às instituições religiosas visando ao controle e doutrinação das massas operárias, que eram vistas como presas fáceis aos movimentos revolucionários pujantes na Europa (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Mas cabe salientar que o período em que emerge o Serviço Social e também o início de sua profissionalização, a primeira metade do século XX, coincide com o período da vigência de estudos e pensamentos eugenistas que, segundo Bolsanello (1996), buscavam planejar o progresso econômico e cultural do Brasil a partir da eliminação do povo negro, os ex-escravizados da nação. Podemos inferir que o Serviço Social, nesse sentido, tinha sua ação pautada no conservadorismo e racismo, uma vez que sua atuação era plasmada por forte teor ideopolítico junto às massas. Além disso, o processo de difusão e propaganda das ideias eugenistas junto ao Estado era eminente, demandando institucionalmente ações profissionais nesse viés junto à sociedade civil. Porém, ainda faltam muitos estudos que analisem com maior profundidade a contribuição do Serviço Social dessa época ao racismo científico característico da Primeira República².

Apesar de toda conquista e maturação política e intelectual do Serviço Social rumo à construção e consolidação do Projeto Ético-Político Profissional que aponte para uma

1 Cabe lembrar, como salientado por Netto (1999), que o Projeto Ético-Político que ganha hegemonia na profissão na década de 1980 não constitui um processo fixo e acabado; é um projeto que continua vivo e em construção permanente. Por isso, é importante a consideração coletiva de que essa conquista passa também por momentos de avanços ou recuos.

2 Podemos citar o estudo de Vasconcelos (2000) que aborda brevemente essa questão no livro intitulado *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*.

nova ordem societária, vemos que no seio da profissão ainda são presentes expressões do conservadorismo, tanto nas análises, quanto nas intervenções na realidade. Para o Boschetti (2015), o conservadorismo no Serviço Social nunca foi totalmente superado, tendo em vista que ainda vivemos e atuamos numa sociedade capitalista, essencialmente conservadora e, portanto, produtora de subjetividades também adestradas a esse modelo de sociedade.

Mesmo com as limitações impostas pelas determinações macrossociais, entendemos como possível e necessária a permanente defesa e manutenção da hegemonia do pensamento crítico no Serviço Social a partir da qualificação da formação e do exercício profissional. Nessa linha, acreditamos que o processo de construção do Projeto Ético-Político da profissão na atualidade precisa assumir o debate racial como elemento estruturante das sociedades latino-caribenhais e, portanto, como expressão fundamental a ser transformada no processo de ruptura com a ordem, tão preconizado pela corrente de pensamento que norteia a práxis profissional, a marxista.

Como iniciativa da categoria em seguir a luta pela transformação social, temos as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), que foram criadas em 1996 após longo debate entre diversas/os assistentes sociais. Pautava-se a construção de um novo modelo de formação que garantisse a construção de um perfil profissional crítico, generalista e conhecedor da particularidade da formação social brasileira (ABEPSS, 1996).

Buscando fugir do caráter fragmentário e segmentado de abordagem de conteúdos na formação universitária, típico do modelo burguês de concepção de conhecimento, o Serviço Social, por meio da Abepss, visou construir suas diretrizes baseado na concepção de totalidade e indissociabilidade do conhecimento, e assim estruturou-a em três núcleos centrais, imprescindíveis para a real análise da realidade que circunscreve a atuação profissional (ABEPSS, 1996). O primeiro núcleo diz respeito à vida social na totalidade; o segundo se refere à particularidade da formação social brasileira; e o terceiro coloca o debate da profissão e sua articulação com a totalidade social. Desse modo, entendemos que o debate étnico-racial como elemento importante das relações sociais baseadas em classe, sobretudo nas Américas, perpassa esses três núcleos e possui posição estratégica na articulação de um saber crítico, propositivo e transformador da realidade em que atuam os/as assistentes sociais.

Behring e Boschetti (2016) afirmam que toda análise das relações sociais e processos que envolvam a atividade humana é carregada de teor político calcado em projetos de disputa societária, apesar de algumas matrizes teóricas pregarem o mito da neutralidade. Dessa forma, é importante suscitar a forma em que o Serviço Social vem analisando a realidade brasileira e qual intencionalidade há por detrás de ofuscar, minimizar e invisibilizar o debate étnico-racial.

Em contraponto às práticas neoconservadoras ainda presentes no Serviço Social, o caráter político da atuação profissional é apontado por Mota (2014) como estratégia de tensionar a produção e reprodução de relações desiguais e injustas, a partir da intervenção de assistentes sociais em seus campos profissionais por meio de: iniciativas anticapitalistas, processos de democratização de decisões, exercício de direitos e atividades pedagógicas de conscientização. Compreender esse potencial da prática profissional é importante para avançarmos na unidade entre formação e exercício do Serviço Social, tão importante para a consolidação e fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional.

Considerando a urgência de esse debate da questão racial ser conduzido pelo Serviço Social em diálogo com o pensamento crítico e dialético, a Abepss lançou em 2018 um documento para subsidiar os cursos de Serviço Social no trato dessa pauta. O documento faz parte da estratégia de consolidação do Projeto Ético-Político (PEP) marcado por um desafio: o de consolidar a luta antirracista de forma sólida no interior da categoria.

Tal documento representa também um avanço da discussão racial no interior da profissão e tem como marco principal a criação de um grupo de trabalho, em 2010, pela Abepss, para discutir as opressões de raça, gênero e sexualidade. Esse grupo trouxe como saldo o crescimento dos estudos sobre racismo e a articulação entre os profissionais do Serviço Social que pesquisam essa temática (ABEPSS, 2018).

A validade desse esforço teórico e político das entidades da profissão está expresso em dois aspectos: compreender como atua o racismo na produção e reprodução social da vida e analisar os fundamentos do Serviço Social colocando como pauta o racismo presente na realidade brasileira (ABEPSS, 2018). Assim:

[...] ao elaborar este documento base para o Subsídio ao Debate da Questão Étnico- Racial na Formação em Serviço Social, a gestão da ABEPSS (2017-2018) coloca como uma das centralidades da sua agenda política o compromisso na construção de um projeto de formação profissional antirracista e reconhece o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, 2018, p. 12).

A reivindicação do debate antirracista passa pela formação profissional, e essa depende das condições objetivas do ensino superior no Brasil, que nesse período histórico é marcado por ataques neoliberais do mercado numa busca de sobrepor os interesses das elites sobre o direito da população à educação de qualidade e gratuita.

É notável que desde a década de 1990 o ensino superior no Brasil passa por um processo de expansão e, ao mesmo tempo, de precarização e aligeiramento do ensino. O que prevalece são as condições precárias de trabalho nas universidades públicas, a ausência do tripé de ensino, pesquisa e extensão nas faculdades privadas, e também a expansão do

ensino a distância, que corrobora com a precarização dos cursos, atingindo frontalmente o Serviço Social e consequentemente o perfil profissional pautado pelo PEP (PEREIRA; SOUZA; FEREIRA, 2017).

A construção das Diretrizes Curriculares da Abepss se dá em meio a esse cenário de ataque neoliberal às diversas políticas públicas e, sobretudo, à educação superior. Pereira, Souza e Ferreira (2017) reconhecem que o desafio das diretrizes nesse contexto de desmonte é o de enfrentar coletivamente o poder econômico do capital a partir da defesa de um projeto de formação orientado pelo pensamento crítico.

[...] o mesmo movimento que reivindica a necessidade das Diretrizes Curriculares como uma das respostas às imposições do capital à política de educação e à formação profissional da/o assistente social, é também o mesmo movimento que desafia as entidades e os sujeitos da categoria profissional a inventar e reinventar, articulados às lutas mais amplas dos trabalhadores, estratégias e táticas para a sua validação. (PEREIRA; SOUZA; FEREIRA, 2017, p. 244).

Numa reflexão traçada por Mota (2017), com base nos ensinamentos de Gramsci, percebemos que o atual estágio do capitalismo representa um poder de exploração deliberado da classe detentora dos meios de produção e que, para exercer de forma mais profunda sua dominação, precisa tornar-se classe dirigente também, o que requer direcionar o sistema educacional ao seu favor. Portanto, para nós, a destruição da universidade e do ensino superior como meio de produção de conhecimento científico e crítico tem como premissa a necessidade do capital em aumentar sua hegemonia em tempos de intensa crise social. Essa busca por hegemonia muitas vezes inclui também o desmonte de direitos alcançados por minorias políticas, mais especificamente o acesso ao ensino superior.

Dessa forma, é preciso que o debate acerca do impacto do neoliberalismo no ensino superior seja realizado também considerando a dimensão racista dessas contrarreformas. Como vimos, o governo federal, a partir da portaria nº 34 da Capes, cortou e dificultou acesso às bolsas de pós-graduação em ciências humanas (ANDES, 2020). Trata-se de uma explícita mensagem de recusa à produção de conhecimento que atente de forma direta aos privilégios de classe, raça e gênero, tão enraizado na história desse país, e que só recentemente pode ser questionado teoricamente a partir da inserção de minorias políticas na universidade via lei de cotas³ (Lei nº 12.711/2012 – BRASIL, 2012) e expansão do ensino superior (mesmo que de forma precária).

3 Contudo, universidades como a Uerj e UNB implantaram cotas raciais antes mesmo da instituição nacionalmente da lei; a primeira implantou no ano de 2003 e a segunda, no ano de 2004.

Iamamoto (2019) faz também uma análise reflexiva sobre os últimos ataques que a universidade pública tem sofrido pela onda bolsonarista, representante do mercado sem controle e sem pudor. Segundo a autora, vivemos tempos de obscurantismo e de intenso ataque às conquistas democráticas e populares que se refletem no contingenciamento de recursos às universidades e nos discursos anticiência e pró-capital.

[...] Censura-se a universidade pública, as áreas de Filosofia e Sociologia são desqualificadas, e respeitáveis universidades brasileiras sofrem ameaças por supostas ‘balbúrdias’, a que são reduzidas manifestações críticas à ordem instituída. (IAMAMOTO, 2019, p. 440).

Assim, a abordagem do debate racial no âmbito da graduação tem dupla função: enriquecimento teórico da categoria para compreensão da totalidade da realidade brasileira e oferecimento de subsídios analíticos para assistentes sociais executores finais das políticas sociais em suas intervenções cotidianas.

O debate racial no Serviço Social

O debate público sobre racismo durante muito tempo foi invisibilizado e negligenciado na sociedade brasileira geral; não diferiria na universidade e, especificamente, no curso de Serviço Social. Essa ausência decorre, em grande medida, da difusão do mito da democracia racial, tão bem propagado pelas elites brasileiras durante todo o século XX, tendo como elemento fundador a obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*, publicada pela primeira vez na década de 1930. Nessa obra, o autor aborda em seu estudo, de perspectiva culturalista, as relações raciais no Brasil no tempo da e pós-escravidão.

O argumento freyreano se embasa na postulação de que negros e brancos em nosso país se relacionavam harmoniosamente, diferente de outras nações que implementaram a escravidão moderna. Isso porque no Brasil houve compartilhamento da religião, costumes culturais e até aproximações afetivo-sexuais entre os dois grupos⁴. O autor tinha também como argumento fundamental para embasar seu pensamento o fato de que, ao contrário da luta e rebeldia, o que houve entre escravizados foi o comportamento passivo diante do cativeiro.

4 Para as elites brasileiras, durante os anos da década de 1930, época do predomínio do desenvolvimentismo e expansão econômica, foi muito benéfico o estudo de Freyre para mascarar as tensões de raça que havia no Brasil e, assim, construir a ideia de nação integrada e harmoniosa tão bem articulada pelos governantes e capitalistas brasileiros (ALMEIDA, 2018).

Décadas depois, mesmo com a ampla propagação desse mito, emergiram novos estudos para se pensar a dinâmica racial brasileira. Nesse movimento de contrapor o pensamento freyreano, destacamos a posição do autor Clóvis Moura (1959) com a publicação de sua obra *Rebeliões na senzala*, em 1959, que buscava contradizer a ideia de que negros foram passivos diante da escravidão. Para Moura (1988), o movimento organizado e permanente de rebelião de negros escravizados, expresso nos processos de quilombagem e insurreições, significou um processo fundamental da destruição do regime escravista, e a luta dos negros constitui um aspecto importante na formação social e política do Brasil.

Para Abdias do Nascimento (1978), as ideias de Freyre sobre o caráter brando da colonização portuguesa e seu relacionamento com negros contribuiu para concepção de metarraça brasileira, isto é, a ideia de que o povo do Brasil havia se misturado a tal ponto que gerou uma nova raça a partir da miscigenação. Fundados nessa premissa, muitos argumentam não existir racismo no Brasil, alegando a não existência de brancos e nem negros “puros”. Assim, nota-se que esse discurso da indiferença subsidia o famoso “somos todos iguais” utilizado para mascarar as desigualdades raciais (PEREIRA, 2012).

Há, nessa questão, um aspecto contraditório e, no entanto, foi por essa via que a miscigenação se deu no caso brasileiro. Tal aspecto liga-se a três formas por meio das quais a miscigenação se tornou um fato. Uma delas foi pela violência sexual, dos estupros cometidos pelos senhores de engenhos. A outra ocorreu por meio dos concubinatos, pois os casamentos inter-raciais não eram permitidos (ambas ainda no período da escravidão) e uma terceira que seria pela chegada dos imigrantes e ‘a permissão’ de casamentos entre os diferentes grupos. Com essa ocorrência o que se seguiu historicamente foi a ideia de que ‘os mulatos’ nascidos desses encontros teriam o passaporte para o aparecimento no mundo branco, no futuro, correspondendo dessa forma à ideologia do embranquecimento, desejo daqueles que estavam no poder e da sociedade em geral; e, para o negro, a esperança, o sonho, a ilusão de que os seus herdeiros talvez pudessem ser incluídos como parte da sociedade. (ANDRE, 2007, p. 163).

É importante apontar que o projeto de branqueamento do Brasil, expresso no discurso da miscigenação, ocorreu no primeiro momento a partir do estupro de mulheres negras. Dessa forma, o discurso orgulhoso das elites brasileiras em promover o nacionalismo baseado na premissa da mestiçagem do país reflete a naturalização de práticas violentas de brancos contra negros.

Para Pereira (2012), o mito da democracia racial resultou em um sentimento de não lugar para os negros, uma vez que, no período da escravidão, o escravo sabia de suas condições e assim podia promover reação diante da violência que sofria; já nos pós-escravidão, a partir da busca de invisibilizar as tensões raciais, o negro se viu mergulhado

num discurso que busca não reconhecer sua presença no sentido político, impedindo esse grupo de se mobilizar contra o racismo.

É importante apontar também como um nó dificultador do debate sobre o racismo no âmbito da formação profissional a pouca presença de negras/os ocupando a posição da docência. Isso pode ser explicado pelo largo processo de marginalização das/os negras/os no acesso à educação, trabalho e renda, barrando o ingresso desse grupo na universidade. Esse panorama tem sido alterado por meio da lei de cotas⁵, que garantiu, ainda que de forma limitada, a entrada da população negra nesse espaço social; a partir disso, viu-se o aumento da participação de negras/os em profissões que exigem maior qualificação formal e na produção do conhecimento científico. Dessa forma, a reivindicação pela abordagem do debate racial na formação em Serviço Social passa também pela ampliação da participação de negras/os no ensino, pesquisa e extensão. Como sinalizado por Ernesto Guevara (1959), a universidade precisa se pintar de negro, e esse pintar não só se resume a ocupar a posição de discentes, mas também como produtoras/es e diretoras/es do conhecimento.

Até aqui abordamos duas questões gerais que dificultaram uma profunda abordagem sobre relações raciais na formação profissional do Serviço Social, uma de caráter político-ideológico, que diz respeito ao mito da democracia racial, formulado e difundido pelas elites dominantes; e outra que tem a ver com a dimensão concreta da realidade social brasileira: trata-se do próprio processo de opressão da população negra, acarretando uma ausência histórica de pessoas negras na universidade. Não se abordava a problemática do racismo em decorrência do imaginário social de negar a desigualdade racial a partir do discurso da indiferença racial, além de pelo próprio distanciamento do círculo acadêmico dos sujeitos que mais sentem na existência social os efeitos do racismo.

Agora, cabe apontar um elemento mais específico ao Serviço Social que julgamos importante para pensar a dificuldade da inserção do debate sobre o racismo brasileiro no ensino, pesquisa e extensão vinculados ao curso de Serviço Social. Esse elemento tem relação com a influência da apropriação do pensamento marxista de forma terceirizada que operou entre a categoria há cerca de 40 anos. Para Netto (2005), o início da vinculação do marxismo no serviço social se deu com pouco fundamento filosófico e a partir de obras manuais dinfundidas na época, impregnadas de influências neopositivistas expressas, sobretudo, nas obras embasadas pelos escritos do autor Althusser.

5 Outro marco legal crucial para a ampliação do debate antirracista no âmbito da educação é a Lei nº 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003).

No marxismo hegemônico⁶, dentro de significativa parte da esquerda brasileira, por muito tempo, a ausência do debate racial se deu pautada no argumento de que a prioridade da discussão de classe não permitiria incorporar outras dimensões das desigualdades, pois esse movimento analítico acarretaria a dispersão da organização da classe trabalhadora. Essa visão equivocada foi identificada por estudiosos como Mesquita (2003) e Oliveira (2009), que, pesquisando a vida e obra de Clóvis Moura, identificaram a invisibilização e o preterimento que o autor sofreu por parte da própria organização política da qual fazia parte, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Rebatendo a visão equivocada da relação entre raça e classe presente em determinados setores da esquerda, Manoel (2019) argumenta que toda essa discussão – que de um lado ataca a discussão de raça como identitarismo e, de outro, julga raça como determinante central para pensar as relações sociais no Brasil – faz parte de um erro de análise dessas categorias, que são históricos-sociais e, portanto, não podem ser refletidas de formas isoladas. O autor aponta, ainda, que o campo marxista não pode tecer reflexões sobre o trabalho no Brasil sem considerar a dimensão racial, já que o país escravizou pessoas negras por séculos e no pós-abolição não integrou essas pessoas na dinâmica do trabalho assalariado.

Há, no Brasil, uma quase total identidade histórica entre o ser trabalhador e ser negro. São categorias histórico-sociais diferenciadas, mas unidas na sua diversidade. São dois complexos sociais com legalidades próprias e ao mesmo tempo organicamente fundidos nas suas interconexões. Por isso, é impossível pensar raça e classe no Brasil como categorias *a priori* autoconstituídas para, em algum momento, na análise ou na ação política, buscar combiná-las. (MANOEL, 2019, on-line).

Para entendermos a relação dialética da questão racial e a de classe no Brasil, tomamos também o estudo de Theodoro (2008), que mostra o caráter racista da formação do mercado de trabalho livre em nosso país. Segundo o autor, o trabalho livre se formou excluindo os negros da condição de assalariados, direcionando a esse povo as posições de trabalho mais subalternas, no campo e na cidade. O seu estudo mostra que, no início da industrialização, cerca de 92% dos trabalhadores na indústria em São Paulo eram italianos: imigrantes que saíram de seus países a partir de subsídio financeiro para embranquecer o país. Dentro disso, podemos entender os atuais dados que ainda apontam a maioria de negros em condição de trabalho precário e/ou informal.

6 Aguiar (2021) em seu estudo sobre o líder revolucionário Mariátegui informa que o marxismo hegemônico tinha forte inspiração stalinista colocada pela III Internacional e se pautava fortemente na estratégia etapista, que propunha aliança entre socialistas e setores da burguesia nacional para alavancar um desenvolvimento econômico na América Latina.

Numa reflexão materialista histórico-dialética, ancorada em Martins (2013), acerca dessa exclusão das pessoas negras do trabalho formal, podemos dizer que essa marginalização tem significados muito mais amplos na formação de uma sociedade plurirracial, quando se entende que o trabalho é aspecto fundamental na fundação do ser social e que essa dimensão influencia, fortemente, a vida em sociedade.

Assim, verificamos que na realidade brasileira a questão racial não pode ser dissociada da apreensão da totalidade do Estado e das lutas sociais. Percebendo isso, Fernandes (1989) aponta o caráter revolucionário que o povo negro possui por se situar na base da pirâmide social, e que, portanto, a transformação social deve ser pensada e construída tendo em vista a eliminação da discriminação racial.

[...] A interação de raça e classe existe objetivamente e fornece uma via para transformar o mundo, para engendrar uma sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe, sem dominação de raça e sem dominação de classe. O nosso debate e o fim do nosso movimento é esse. No Brasil não se pode proclamar simplesmente: ‘proletários de todo o mundo, uni-vos’. A nossa bandeira não arca com as contingências do eurocentrismo inerente ao capital industrial emergente. Ela se confronta com o sistema de poder mundial do capitalismo financeiro e oligopolista (ou monopolista). E que nos dita: ‘proletários de todas as raças do mundo, uni-vos.’ A consequência é a mesma: eliminar a classe como meio de exploração do trabalho e de preservação das desigualdades e iniquidades que ela determina, inclusive as raciais. (FERNANDES, 1989, p. 12 – grifos no original).

Concordamos com Elpídio (2020) ao colocar que a abordagem da discussão racial, no âmbito da formação em Serviço Social, deve perpassar os três núcleos de fundamentação da formação, tendo em vista o caráter amplo da discussão que envolve conteúdos relacionados à vida social, aos fundamentos do Serviço Social e também à formação social do Brasil. Entende-se que a mediação indispensável das três dimensões da profissão⁷ não se concretiza sem considerar a realidade da metade da população brasileira e a grande maioria dos usuários dos serviços públicos.

Para cumprir com esse desafio é importante o aprofundamento em questões que estruturam o conjunto da vida social, que perpassam o exercício profissional e que formam a totalidade histórica. Nesse sentido se faz necessária a reafirmação do método⁸ em Marx para desvelar essa realidade, sobretudo em tempos de confusão de direção social na própria esquerda, em que algumas forças atuam, mascaradamente, na conservação da atual sociabilidade (ELPÍDIO, 2020).

7 Ético-política, teórica-metodológica e técnico-operativa.

8 O método em Marx é uma ferramenta analítica que busca desvelar a realidade social a partir das condições concretas dos seres humanos engendradas no modo com elas atendem às suas necessidades.

Eurico (2013) em seus estudos aponta que ainda há pouca produção teórica do Serviço Social acerca da temática do racismo, o que pode significar deficiência na análise da realidade e, portanto, deficiência também na intervenção profissional. Por isso, a autora afirma enfaticamente que “[...] não é mais tolerável na atualidade a falta de compromisso profissional coletivo em relação à questão racial [...]” (EURICO, 2013, p. 308). Dessa forma, se torna imperiosa a consolidação dos debates (na formação profissional) que desvalem o caráter racista das relações sociais produzidas e reproduzidas no Brasil para dar concretude ao Projeto Ético-Político da profissão e promover mudanças sociais que apontem para uma nova sociabilidade sem discriminação, exploração e alienação (de classe, raça e gênero).

Considerações finais

O atual período histórico que vivemos, de crise econômica e ambiental, tem nos desafiado, enquanto profissionais do Serviço Social e como sujeitos críticos, a construir formas e espaços de resistência que possibilitem reverter esse quadro de barbárie social. Dessa forma, a formação profissional em Serviço Social deve reconhecer os desafios colocados por essa conjuntura nefasta para ser possível formar profissionais realmente comprometidos com a qualidade dos serviços prestados e com a construção de uma nova sociedade sem injustiça, concentração de renda e racismo. Acredita-se que a resistência política precisa ser pensada a partir de uma práxis social que conceba a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.

O racismo deve ser mais debatido no âmbito das entidades organizativas da profissão, no campo do exercício profissional propriamente dito e, sobretudo, nos espaços de produção e difusão do conhecimento científico. É necessária a construção de um Serviço Social antirracista, para que as discussões acerca do racismo não sejam vistas apenas como questão particular e identitária de determinado grupo racial, mas sim como um processo estrutural que perpassa todos os aspectos da formação social da sociedade brasileira e que envolve todos os grupos sociais.

De forma crítica, é preciso reconhecer os limites e as possibilidades, dentro e fora da categoria profissional, para a implementação de uma formação acadêmica e de atuação profissional que se revele verdadeiramente antirracista. A precarização dos serviços públicos, o sucateamento da educação superior e o poder da ideologia dominante de negação do racismo no Brasil podem dificultar a construção de projetos emancipatórios. Porém, entender a história como síntese das intervenções sociais na realidade por parte dos diversos grupos organizados revigora e realimenta a convicção de que a maturação do Projeto Ético-Político da profissão pode – e deve – seguir a direção do combate ao racismo.

Contribuições dos/as autores/as: Concepção, elaboração e revisão: Naiara Mascarenhas

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

ABEPSS. *Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social*. Vitória: Abepss, 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020._

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AGUIAR, D. Mariátegui, o mais crítico marxista latino-americano. In: MARTUSCELLI, D. E.; SILVA, J. B. (Org.). *Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista*. Chapecó: Marxismo21, 2021. [E-book]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cqtIV-2ZmRgTahexQ2WYbv-cavLZwT1J/view>. Acesso em: 9 maio 2023.

ANDES. Portaria da Capes corta bolsas de diversos programas de pós-graduação. *Andes*, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/portaria-dacapes-corta-bolsas-de-diversos-programas-de-pos-graduacao1>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ANDRE, M. da C. Processos de subjetivação em afro-brasileiros: anotações para um estudo. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 23, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722007000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 17 dez. 2020.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. *Revista Educar*, Curitiba, n. 12, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, 2015.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a lei que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 5 nov. 2021.

ELPÍDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, set./dez. 2020.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 114, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n114/n114a05.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FERNANDES, F. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GUEVARA, E. Que a universidade se pinte de negro, de mulato, de operário, de camponês. *Umes*, 1959. Disponível em: <http://www.umes.org.br/index.php/2013-01-3018-19-45/nossas-bandeiras/36-movimento-estudantil/nossas-bandeiras/eu-quero-outraescola/265-que-a-universidade-se-pinte-de-negro-de-mulato-de-operario-de-campones>. Acesso em: 17 dez. 2020.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 136, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.188>. Acesso em: 10 out. 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: um esboço de interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

MANOEL, J. Duas teses sobre a questão racial no Brasil. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2019/11/28/duas-teses-sobre-a-questao-racial-no-brasil/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MARTINS, T. C. S. Racismo, questão social e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 10, n. 14, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MESQUITA, E. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eaal/a/SVRWYBFytgBsYB8Z7JZzjGD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2020.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.005>. Acesso em: 5 out. 2020.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>. Acesso em: 5 out. 2020.

MOURA, C. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática S. A., 1988.

NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*, 1999. Disponível em https://www.ssrede.pro.br/wpcontent/uploads/2017/07/projeto_etico_politico_j-p-netto_.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, F. N. de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. 2009. Dissertação (mestrado em direito) – Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, UFF, Niterói, 2009.

PEREIRA, O. M. L. A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14101/8747>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V.; FERREIRA, A. T. S. Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: MOTTA, V. C. da; PEREIRA, L. D. (Org.). *Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

VASCONCELOS, M. E. *Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade*. São Paulo: Cortez, 2000.